

20/2019

Aprovado em reunião
em 16 JAN. 2019

APROVAÇÃO DO TARIFÁRIO DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS PARA 2019.

- Pelo Srs. Vereadores António Murta e Manuel Pôla Alturas, foi apresentada uma proposta, no sentido de ser submetida a sua aceitação.

= Colocada à votação a sua aceitação, a proposta dos Vereadores do Partido Socialista foi aceite por unanimidade.

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores António Murta, Manuel Pôla Alturas e Álvaro Leal, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser aprovado o Tarifário dos Serviços de Resíduos para 2019, conforme valores indicados na Tabela, e que o tarifário entre em vigor no dia 1 de fevereiro de 2019, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

= Posta à votação a proposta dos Vereadores do Partido Socialista, a Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadoras Luis Romão, Carla Sabino e Rui Pires, reprovam a mesma.



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

Aprovado em reunião
16 JAN. 2019

N.º Propostas/2019/17

ASSUNTO:

Aprovação do Tarifário de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos para 2019

CONSIDERANDO QUE:

1. O Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais estabelece no n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que os preços e demais instrumentos de remuneração a fixar pelos municípios, relativos aos serviços prestados e aos bens fornecidos em gestão direta pelas unidades orgânicas municipais, pelos serviços municipalizados e por empresas locais, não devem ser inferiores aos custos direta e indiretamente suportados com a prestação desses serviços e com o fornecimento desses bens e de acordo com a alínea c) do n.º 3 respeitam, nomeadamente, à atividade de Gestão de Resíduos sólidos;
2. A estrutura tarifária em vigor não cumpre o estabelecido no Regulamento do tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos (Regulamento n.º 52/2018 da ERSAR) publicado no Diário da República 2.ª série n.º 16 de 23 de janeiro de 2018;
3. Nos termos do artigo 5.º dos Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março, são, designadamente, atribuições desta Entidade regulamentar, avaliar e auditar a fixação das tarifas praticadas pelas entidades gestoras dos serviços de águas e resíduos de titularidade municipal. No mesmo sentido, o artigo 21.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estabelece que as tarifas municipais dos serviços de abastecimento, saneamento de águas residuais e resíduos estão sujeitas ao parecer desta Entidade Reguladora no que respeita à sua conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor;
4. O Parecer da ERSAR, com referência O-000018/2019 de 03-01-2019, em anexo, sobre a proposta de tarifário do serviço de resíduos para 2019, o Município incorporou na presente



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

proposta de tarifários as seguintes alterações:

- a) Foram reduzidas as tarifas fixas e variáveis por forma a dar cumprimento à recomendação da ERSAR, diminuindo a cobertura de gastos por via tarifária em 3%;
 - b) As tarifas de disponibilidade passam a estar expressas em euros por dia;
 - c) Não aplicação do tarifário social, por o Município não aderir ao regime da tarifa social nos termos do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 147/2017, de 5 de dezembro, conforme Deliberação da Assembleia Municipal datada de 20 de dezembro de 2018, que determina a “Suspensão dos benefícios fiscais e isenções de taxas previstos em Regulamentos municipais, durante a intervenção do FAM”;
5. No seguimento da Deliberação aprovada a 4 de dezembro de 2018, para início de procedimento da Alteração do Regulamento do Serviço, relativa a utilizadores que não contratem o serviço de abastecimento, ainda não se encontra aprovada e consequentemente publicada a respetiva alteração, não será, para já, aplicada qualquer tarifa neste sentido;
 6. Apesar do artigo 18.º do Regulamento n.º 52/2018 da ERSAR, prever pela prestação dos serviços aos utilizadores finais domésticos e não-domésticos, a aplicação do montante correspondente à repercussão do encargo suportado pelo Município relativo à taxa de gestão de resíduos, cobrada pela Entidade gestora em alta (Algar), associada à quantidade de resíduos sólidos encaminhados para aterro sanitário, não será, para já aplicada a respetiva Taxa, uma vez que ainda não foi efetuada a respetiva alteração ao Regulamento Municipal;
 7. Está prevista a realização de campanhas de sensibilização sobre o correto encaminhamento de resíduos e paralelamente o alargamento do serviço de recolha porta-a-porta de resíduos



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

indiferenciados, prevendo-se assim uma melhoria considerável na separação e encaminhamento dos resíduos e consequente decréscimo da TGR inerente;

8. A alínea e) do artigo 33.º da Lei nº 75/13, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal, fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados, sem prejuízo, quando for caso disso, das competências legais das entidades reguladoras; e
9. Deverá ser definida a data que em concreto o tarifário entrará em vigor.

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

- 1- A aprovação do Tarifário dos Serviços de Resíduos para 2019, conforme valores indicados na Tabela em anexo;
- 2- Que o tarifário entre em vigor no dia 1 de fevereiro de 2019.

Vila Real de Santo António, 11 de Janeiro de 2019

A Presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António

Maria da Conceição Cipriano Cabrita

Ex.^{ma} Senhora Presidente
CM de Vila Real de Santo António
Praça Marques de Pombal
8900-231 VILA REAL SANTO ANTÓNIO

vossa referência
your reference

vossa comunicação
your communication

nossa referência
our reference

nosso processo
our process

data
date

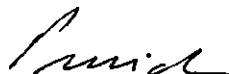
O-000018/2019

2019-01-03

assunto
subject

Parecer sobre o tarifário dos serviços de resíduos para 2019 - CM de Vila Real de Santo António

Ex.^{ma} Senhora,



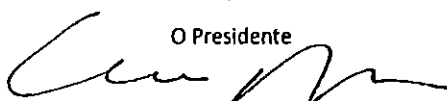
Junto se envia o parecer desta Entidade sobre o tarifário dos serviços de resíduos para 2019.

Em cumprimento do nº 8 do artigo 28º do Regulamento de Procedimentos Regulatórios (Regulamento nº 446/2018, publicado em Diário da República, 2ª série, nº 140, de 23 de julho 2018), o parecer será objeto de publicação no sítio da internet desta entidade reguladora.

Assim, solicita-se à entidade gestora que, caso considere existirem informações confidenciais no referido parecer, informe a ERSAR dessa situação nos termos previstos pelo nº 4 do artigo 51º do referido regulamento.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente



(Orlando Borges)

Anexo: I-002155/2018.





ERSAR

ENTIDADE REGULADORA
DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS

Parecer sobre a formação de tarifários 2019

Informação	I-002155/2018
Entidade gestora	Câmara Municipal de Vila Real de Santo António
Serviço	Gestão de resíduos urbanos
Data da deliberação do Conselho de Administração	2019-01-03

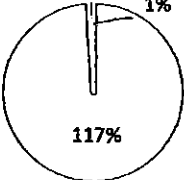
A Câmara Municipal de Vila Real de Santo António (adiante designada por CM de Vila Real de Santo António) submeteu no módulo de regulação económica do Portal da ERSAR informação relativa à proposta de tarifário para 2019, nos termos solicitados no ofício ERSAR com a referência O-007182/2018, de 31 de julho.

Nos termos do artigo 5.º dos Estatutos da ERSAR, aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março, são, designadamente, atribuições desta Entidade regulamentar, avaliar e auditar a fixação das tarifas praticadas pelas entidades gestoras dos serviços de águas e resíduos de titularidade municipal. No mesmo sentido, o artigo 21.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estabelece que as tarifas municipais dos serviços de abastecimento, saneamento de águas residuais e resíduos estão sujeitas ao parecer desta Entidade Reguladora no que respeita à sua conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor.

Na sequência da análise dos elementos remetidos e da informação existente na ERSAR, apresenta-se a avaliação da proposta remetida e respetivas conclusões.



1. Avaliação

Sustentabilidade e eficiência		RU
Cobertura dos gastos		118% ●
Cobertura total dos gastos (por fonte de proveito)		
<input type="checkbox"/> Cobertura dos gastos por via tarifária <input checked="" type="checkbox"/> Cobertura dos gastos por via de outros rendimentos e subsídios ao Investimen <input checked="" type="checkbox"/> Cobertura dos gastos por via de subsídio implícito <input checked="" type="checkbox"/> Financiamento de tarifários sociais <input checked="" type="checkbox"/> Outros subsídios à exploração		
Custos unitários de exploração		92,53 €/t ●
Necessidades de investimento		RU
Investimento previsto realizar em 2019		0 €
em % do Imobilizado bruto 2017		0%
Novos investimentos (em % do investimento previsto)		0%
Investimentos de subs./reabilitação (em % do investimento previsto)		0%
Indicadores AQS 2016		
Acessibilidade física do serviço - RU01b (%)		96 ●
Renovação do parque de viaturas - RU11b (Kms/viatura)		293.249 ●
Encargos tarifários		RU
	2018	2019 % var.
Encargos anuais consumo 10m ³	77,04 €	94,44 € 23%
Acessibilidade económica	0,24%	0,30% ●
Conformidade da estrutura tarifária		Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de RU
		RU
Utilizadores domésticos		
Tarifa fixa		●
Tarifa variável		●
Utilizadores não domésticos		
Tarifa fixa		●
Tarifa variável		●
Serviços auxiliares		●
Conformidade - outros aspetos		RU
Repercussão de taxas ambientais (TRH - AA e AR; TGR - RU)		●
Financiamento do tarifário social		● art.º22 do RTR

A alteração das estruturas tarifárias pressupõe a alteração dos respetivos regulamentos dos serviços.

Legenda:

- Avaliação boa ●
- Avaliação mediana ●
- Avaliação Insatisfatória ●
- Não validável, não aplicável ou não respondeu ●

2. Conclusões e recomendações

Face ao exposto, conclui-se e recomenda-se o seguinte:

- A proposta tarifária apresentada pela CM de Vila Real de Santo António para 2019 prevê a alteração da estrutura tarifária bem como dos valores do tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos.

Não obstante as alterações propostas, o tarifário apresentado conduz a um nível de cobertura dos gastos por via tarifária excessivo. Neste contexto, deve a entidade gestora promover a melhoria da cobertura de gastos do serviço, em cenário de eficiência produtiva, por forma a assegurar a sustentabilidade do mesmo sem comprometer a acessibilidade económica dos utilizadores.

- Tendo em conta o valor dos custos unitários de exploração, verifica-se que a entidade gestora continua a apresentar um valor acima do que seria expectável, sofrendo, inclusive, um agravamento face a valores históricos. Como tal, a entidade gestora deve tomar medidas que conduzam à redução dos gastos decorrentes de ineficiências no âmbito do serviço regulado de gestão de resíduos urbanos, por forma a não penalizar os utilizadores.
- A redução dos custos unitários de exploração, deverá ter por base a adoção de medidas de gestão e de execução de investimentos direccionados para a redução dos gastos decorrentes das ineficiências subjacentes. Neste sentido, deve a entidade gestora aferir as necessidades de investimento no serviço de gestão de resíduos urbanos, tendo em conta, nomeadamente, os resultados obtidos na avaliação da qualidade de serviço, em particular no que respeita à renovação do parque de viaturas, com vista à melhoria dos resultados deste indicador.
- A entidade gestora deve rever a estrutura tarifária do serviço de gestão de resíduos urbanos por não se encontrar em conformidade com as disposições previstas no Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, de carácter vinculativo,

designadamente no que respeita ao facto das tarifas de disponibilidade não se encontrarem expressas em euros por dia.

Importa referir que a modificação da estrutura tarifária pressupõe a alteração do respetivo regulamento do serviço.

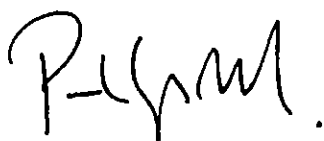
- De acordo com a informação prestada, o financiamento dos tarifários sociais não será assegurado pelo município, pelo menos de forma explícita. De salientar que esta situação revela um incumprimento do Regulamento Tarifário.

Saliente-se que, nos termos do n.º 8 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, as decisões das entidades titulares desconformes às recomendações da ERSAR ou aos pareceres da ERSAR devem fundamentar essa opção na respetiva deliberação.

Mais se informa que o tarifário aprovado, acompanhado da respetiva deliberação municipal, deve ser submetido em "Tarifários ao utilizador final" do módulo de regulação económica no Portal da ERSAR, até 15 dias após a sua aprovação, nos termos do n.º 3 do artigo 11.º-A do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.

Por último, a ERSAR reitera a sua disponibilidade para prestar o apoio ou esclarecimentos considerados necessários.

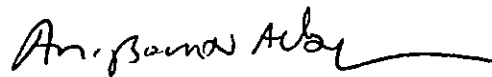
O Conselho de Administração



Paulo Lopes Marcelo
(Vogal)



Orlando Borges
(Presidente)



Ana Barreto Albuquerque
(Vogal)

Anexo 1 - Bandas de referência

Cobertura dos gastos	
Abastecimento + Saneamento + Resíduos Urbanos	
Bom	[100%;110%]
Mediano	[90%;100%] ou [110%;120%]
Insatisfatório	[0%;90%] ou [120%;+∞]
Acessibilidade econômica	
Abastecimento + Saneamento + Resíduos Urbanos	
Bom	[0,0;50%]
Mediano	[0,50%;1,00%]
Insatisfatório	[1,00%;+∞]
Custos unitários de exploração	
Resíduos Urbanos	
Bom	[47,6935;65,3361]
Mediano	[65,3361;97,249]
Insatisfatório	[97,249;+∞]
	Mínimo 47,6935
	Mediana 76,5690

[AAe AR: €/m³; RU: €/ton]

A avaliação da cobertura dos gastos (e por via tarifária) e da acessibilidade econômica é efetuada de acordo com os valores de referência definidos pela ERSAR no âmbito da avaliação da qualidade de serviço. Os custos unitários de exploração são avaliados de acordo com intervalos de referência considerados pela ERSAR a partir de dados do setor.

Anexo 2 - Cobertura de gastos

	2015	2016	2017	-	2019
Cobertura dos gastos					
Resíduos	139%	145%	130%	-	118%
Cobertura dos gastos de exploração					
Resíduos	149%	157%	143%	-	126%
Cobertura dos gastos por via tarifária					
Resíduos	139%	145%	130%	-	117%
Cobertura dos gastos de exploração por via tarifária					
Resíduos	149%	157%	143%	-	125%

Notas:

- Cobertura dos gastos: (rendimentos tarifários, outros rendimentos, subsídios ao investimento)/gastos totais;
- Cobertura dos gastos de exploração: (rendimentos tarifários, outros rendimentos, subsídios ao investimento)/gastos de exploração (custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos, gastos com pessoal e outros gastos e perdas operacionais);
- Cobertura dos gastos por via tarifária: rendimentos tarifários/gastos totais;
- Cobertura dos gastos de exploração por via tarifária: rendimentos tarifários/gastos de exploração (custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos, gastos com pessoal e outros gastos e perdas operacionais).

6

Anexo 3 - Custos unitários de exploração

	2015	2016	2017	-	2019
Resíduos (€/ton)	74,94	77,09	82,99	-	92,53
Custos de exploração	€ 1.147.723	€ 1.155.150	€ 1.323.001	-	€ 1.455.391
Quantidades (t/ano)	15.315	14.985	15.941	-	15.730

Até 2015, inclusive, os volumes considerados correspondem aos seguintes dados da avaliação da qualidade de serviço (2.ª geração): dAA14ab, dAR23ab e dRU12ab. A partir de 2016, os volumes considerados correspondem aos seguintes dados da avaliação da qualidade de serviço (3.ª geração): dAA41ab, dARS0ab e dRU34ab.

Anexo 4 - Encargos tarifários para o utilizador final doméstico

	2018	2019	Variação	Variação %
Encargo total anual - Consumo mensal de 10 m ³	€ 77,04	€ 94,44	€ 17,40	22,59%
Encargo anual resíduos	€ 77,04	€ 94,44	€ 17,40	22,59%
Componente fixa	€ 44,16	€ 44,04	-€ 0,12	-0,27%
Componente variável	€ 32,88	€ 50,40	€ 17,52	53,28%

Anexo 5 - Acessibilidade económica

	2015	2016	2017	-	2019
Resíduos	0,25%	0,25%	0,24%	-	0,30%

O indicador da acessibilidade económica é calculado de acordo com a metodologia definida no "Guia de avaliação da qualidade dos serviços de águas e resíduos prestados aos utilizadores - 3.ª geração do sistema de avaliação".

\\srv-fs-vrml\dars\gestao Servicos Recolha Residuos\DasJ - Tarifário RSU\Tarifário dos resíduos sólidos 2019 01 10_Tarifário RSU's 2019_v4 (2)

4



VILAREALSTºANTONIO

1

TARIFÁRIO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS PARA O ANO 2019

TARIFAS DE RSUs	EUROS
1. Tarifa Fixa (Disponibilidade)	€/dia
Doméstico	0,1200
Não Domésticos	0,2700
IPSS, Cultura, Desporto e de Interesse Público *	0,1200
Outros Serviços Públicos Estatais	0,2700
2. Tarifa Variável	€/m3
Doméstico	0,4000
Não Domésticos	0,5000
IPSS, Cultura, Desporto e de Interesse Público *	0,4000
Outros Serviços Públicos Estatais	0,5000
3. Serviços Auxiliares	
3.1. Recolha de "Monos" e Objectos Volumosos	
Cliente Doméstico e não Doméstico	
a) Entrega directa na Soliva	Gratuito
b) Recolha até 2 peças/mês	Gratuito
c) Recolha por cada peça adicional	8,0000
IPSS e Instituições de utilidade pública	
d) Recolha até 2 peças/mês	Gratuito
e) Recolha por cada peça adicional	4,0000
3.2. Recolha de resíduos verdes	
Cliente Doméstico e não Doméstico	
a) até 2m3/mês	Gratuito
b) por cada m3 adicional	8,0000
IPSS e Instituições de utilidade pública	
a) até 2m3/mês	Gratuito
b) por cada m3 adicional	4,0000

* O tarifário aplicável a pessoas coletivas de declarada utilidade pública consiste na aplicação da tarifa de disponibilidade e da tarifa variável aplicáveis a utilizadores domésticos.



PROPOSTA

Reprovado em reunião
de 16 JAN. 2019

Considerando o parecer da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, sobre o tarifário dos RSUs a praticar no Concelho, pela Câmara Municipal de Vila Real de Santo António;

Considerando que o parecer da Entidade Reguladora nas conclusões e recomendações, refere que *“o tarifário apresentado conduz a um nível de cobertura dos gastos por via tarifária, excessivo. Neste contexto deve a Entidade Gestora promover a melhoria da cobertura de gastos do serviço, em cenário de eficiência produtiva por forma a assegurar a sustentabilidade do mesmo, sem comprometer a acessibilidade económica dos utilizadores”*;

Considerando que os custos de exploração pela Entidade Gestora continuam sistematicamente a apresentar valores acima do razoável;

Considerando que o caminho é a redução do valor dos custos de exploração, reduzindo os gastos decorrentes da ineficiência da gestão, de forma a não penalizar os munícipes;

Considerando que a proposta apresentada tem uma cobertura de gastos no valor de 118%, valor apresentado pela Câmara Municipal, não estabelecendo o equilíbrio entre a receita cobrada aos munícipes e os custos da exploração;

Considerando que a Câmara Municipal em vez de melhorar a eficiência e os gastos do serviço, opta sistematicamente pelo aumento das tarifas sobrecarregando os Vila Realenses;

Propomos que se faça um estudo económico entre as receitas provenientes das tarifas pagas pelos Vila Realenses e as empresas, e os gastos da Câmara Municipal de forma a que essa cobertura seja de 100%.

Os Vereadores do Partido Socialista



